

**CAB Águas do Agreste S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2015 e 2014

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457  
14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone 55 (16) 3323-6650  
Fax 55 (16) 3323-6651  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
CAB Águas do Agreste S.A.  
Arapiraca - AL

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB Águas do Agreste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB Águas do Agreste S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

#### ***Continuidade operacional***

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras, a Companhia poderá necessitar de recursos financeiros próprios, de acionistas ou de terceiros para cumprir seus planos de investimentos, cuja captação pode ser afetada pela inclusão no processo do Ministério Público Federal da parte relacionada Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial) na investigação “Lava Jato” da Polícia Federal, sobre irregularidades cometidas em contratações com a Petrobrás, e em decorrência da homologação do plano de recuperação judicial ocorrido em 14 de setembro de 2015 da parte relacionada Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

As condições mencionadas acima, juntamente com outros assuntos mencionados na nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Companhia em relação a este assunto estão descritos também na nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal nos negócios e não incluem quaisquer ajustes caso a Companhia deixasse de operar. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ribeirão Preto, 24 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Cláudio José Biason  
Contador CRC 1SP144806/O-7

# CAB - Águas do Agreste S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	19	75	Fornecedores e outras contas a pagar	11	2.430	10.178
Outros investimentos	9	6.464	5.374	Financiamentos	12	8.655	2.579
Depósitos bancários vinculados		288	259	Obrigações fiscais	13	2.513	752
Contas a receber e outros recebíveis	10	31.734	34.384	Provisões e encargos trabalhistas		1.109	677
Impostos e contribuições a recuperar		1.162	317	Imposto de renda e contribuição de social a pagar		-	127
Estoques		335	277	Dividendos a pagar	22d	8.693	12.193
Despesas antecipadas		72	131				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>40.074</b>	<b>40.817</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>23.400</b>	<b>26.506</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Financiamentos</b>			
Contas a receber e outros recebíveis	10	225.030	228.748		12	159.531	150.262
Depósitos judiciais		8	78	Obrigações fiscais	13	23.418	23.581
Impostos e contribuições a recuperar		2.120	4.072	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	9.128	14.822
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>227.158</b>	<b>232.898</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>192.077</b>	<b>188.665</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>2.143</b>	<b>1.749</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Intangível</b>		<b>56</b>	<b>34</b>		15	44.721	40.000
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>229.357</b>	<b>234.681</b>	Reservas de lucros		9.233	20.327
<b>Total do ativo</b>		<b>269.431</b>	<b>275.498</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>53.954</b>	<b>60.327</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>215.477</b>	<b>215.171</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>269.431</b>	<b>275.498</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CAB - Águas do Agreste S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	19	41.900	100.389
Custo dos serviços prestados	20	<u>(13.508)</u>	<u>(58.836)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>28.392</u>	<u>41.553</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas comerciais	17a	(23.051)	-
Despesas administrativas e gerais	20	(6.120)	(3.578)
Outras despesas operacionais líquidas		<u>(3)</u>	<u>(189)</u>
		(29.174)	(3.767)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>(782)</u>	<u>37.786</u>
Receitas financeiras	21	858	3.021
Despesas financeiras	21	<u>(16.823)</u>	<u>(13.813)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		(15.965)	(10.792)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>(16.747)</u>	<u>26.994</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(41)	(954)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>5.694</u>	<u>(6.490)</u>
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		<u>(11.094)</u>	<u>19.550</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CAB - Águas do Agreste S.A.**

**Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<u>(11.094)</u>	<u>19.550</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>(11.094)</u></u>	<u><u>19.550</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CAB - Aguas do Agreste S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Subscrito e integralizado	Reservas de lucros			Lucros e prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	15	40.000	777	-	14.756	-	55.533
Dividendos distribuídos		-	-	-	(14.756)	-	(14.756)
Resultado do exercício		-	-	-	-	19.550	19.550
Reserva de incentivos fiscais		-	-	1.712	-	(1.712)	-
Reserva legal		-	892	-	-	(892)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	16.946	(16.946)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	15	40.000	1.669	1.712	16.946	-	60.327
Aumento de capital		4.721	-	-	-	-	4.721
Resultado do exercício		-	-	-	-	(11.094)	(11.094)
Compensação do prejuízo do exercício		-	-	-	(11.094)	11.094	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		44.721	1.669	1.712	5.852	-	53.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# CAB - Águas do Agreste S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(11.094)	19.550
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	392	310
Resultado na venda de imobilizado	2	6
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(5.694)	6.490
PIS e Cofins diferidos	(163)	(7.262)
Juros sobre atualização do contas a receber de cliente, outros investimentos e depósitos vinculados	(20.315)	(31.376)
Juros incorridos de financiamentos	16.794	13.536
Imposto de renda e contribuição social provisionados	41	954
	<u>(20.037)</u>	<u>2.208</u>
Variações em:		
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	26.647	(12.985)
Aumento em estoques	(58)	(100)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	1.107	(3)
Redução em despesas antecipadas	59	1
Redução em depósitos judiciais	70	56
Redução em fornecedores e outras contas a pagar	(3.027)	(57.069)
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	432	343
Aumento em obrigações fiscais	1.761	9.986
	<u>6.954</u>	<u>(57.563)</u>
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>		
Juros pagos de financiamentos	(1.415)	(8.842)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(169)	(877)
	<u>5.370</u>	<u>(67.282)</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do ativo imobilizado	(777)	(685)
Aquisições do ativo intangível	(33)	(32)
Outros investimentos	(1.087)	33.216
	<u>(1.897)</u>	<u>32.499</u>
<b>Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de investimentos</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividade de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos tomados	-	142.567
Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos	4	(259)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(33)	(105.000)
Dividendos pagos	(3.500)	(2.563)
	<u>(3.529)</u>	<u>34.745</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos</b>		
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(56)</u>	<u>(38)</u>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>75</u>	<u>113</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<u>19</u>	<u>75</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A CAB Águas do Agreste S.A. “Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca - Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274, e foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL por meio de concessão administrativa, para construção, gestão, operação e manutenção do novo sistema adutor do Agreste, planejado para iniciar no município de Traipu/AL e terminar no município de Arapiraca/AL, bem como recuperar, gerir, operar e manter o sistema coletivo do Agreste existente e a realização de serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança da área da PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL ao final do prazo da concessão, podendo ser prorrogado por decisão exclusiva da Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, observando o limite de máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

A Companhia tem previsão orçamentária para cumprir com o plano de manutenção e operacionalização do sistema adutor do Agreste. Estes investimentos seriam realizados mediante fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais, caso o poder concedente estivesse adimplente com as contraprestações mensais, conforme mencionado na nota explicativa 17 (ii). Nestas circunstâncias, a Companhia poderá necessitar de aportes de acionista, a qual pode estar afetado pela inclusão no processo do Ministério Público da parte relacionada Galvão Engenharia S/A (em recuperação judicial) na investigação “Lava Jato” da Polícia Federal, sobre irregularidades cometidas em contratações com a Petrobrás, bem como pela homologação de seu plano de recuperação judicial em 14 de setembro de 2015 juntamente com a parte relacionada Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial). Uma das medidas para pagamento de credores apresentada nos planos de recuperação judicial de ambas partes relacionadas é a alienação da participação societária da Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial) no capital social de empresa do Grupo e da participação societária da Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial) no capital social da controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental. O edital de Oferta Pública de Alienação Judicial publicado em 12 de novembro de 2015 determinou a realização do pregão em 10 de dezembro de 2015. O leilão não se concretizou em função da falta de apresentação de propostas fechadas e, desta forma, a controladora da Companhia aguarda o despacho do juiz de direito sobre a realização ou não de nova oferta pública e mantém em andamento as negociações acerca das referidas alienações.

Diante deste cenário a Companhia elaborou um plano alternativo para assegurar o cumprimento das metas contratuais no próximo exercício, identificando os riscos relevantes e as medidas necessárias para minimizá-los, considerando o pressuposto de ausência de recursos advindos de acionista e a inadimplência do poder concedente. Abaixo são descritas as principais estratégias da Administração, baseada em julgamentos, estimativas e premissas que poderão divergir dos resultados reais:

- A Companhia já possui a maioria das obras concluídas dos investimentos previstos. O investimento a ser realizado estimado em R\$ 9.000 foi reprogramado para 2016 e 2017 em função do não cumprimento por parte do poder concedente na liberação de áreas de acesso, tais investimentos referem-se a melhorias na eficiência operacional e automação, não comprometendo os indicadores operacionais.
- Renegociação das dívidas: dispensa da constituição de depósito bancário vinculado (conta reserva) ao financiamento de longo prazo, ocasionando um aumento de caixa global estimado em até R\$ 5.000. A Administração já iniciou as negociações junto à instituição financeira.

A Companhia, baseada nas projeções futuras, entende que suas operações, atreladas às premissas acima mencionadas, serão suficientes para gerar caixa positivo e cumprir com todas as obrigações contratuais e financeiras do próximo exercício social.

O exercício social da Companhia encerra em 31 de dezembro de cada ano.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2016.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - realização do contas a receber e outros recebíveis;
- **Nota explicativa nº 14**- reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 18** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

### **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 17** - instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Receita operacional**

**(i) Contratos de concessão de serviços e construção com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL**

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à CASAL, o qual, de acordo com ICPC01 (R1) - Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sobre contrato de concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC).

Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Quando a Companhia é remunerada pelo poder concedente, os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão e os juros efetivos são determinados também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final dos contratos de concessão. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Margem bruta sobre contrato de construção (*)	65,88%	16,02%
Juros efetivos do contrato de concessão	11,61%	14,20%

(\*) A Companhia aplicou a margem bruta sobre o contrato de construção de 16,02% até 31 de outubro de 2015. Posteriormente, baseada nos projetos e investimentos futuros bem como no reequilíbrio econômico financeiro provenientes do primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, efetuou a revisão do Plano de Negócio, estimando a partir de novembro de 2015, margem bruta de 65,88%.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos na demonstração do resultado de sua competência e estão diretamente relacionadas ao respectivo ativo financeiro formado.

A Companhia reconhece as receitas com base em taxas anuais revisadas, calculadas com base em plano de negócio atualizado.

**b. Receita de ativo financeiro**

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de concessão pública e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receita das operações da Companhia. Essa

atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras e outros investimentos;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- seguros fiança, tarifas e comissões bancárias; e
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**d. Subvenção governamental**

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos.

**e. Benefícios a empregados**

**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

**f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**g. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

**h. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	30 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**i. Ativos intangíveis**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Amortização**

A amortização é calculada, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**j. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.



**(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento***

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração***

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

*Concessão*

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

**(iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração***

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do

reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**(iv) Capital social**

*Ações ordinárias*

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

**k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita

as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2015.

#### **l. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

#### **m. Provisão de manutenção - Contratos de concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2015 com relação a este assunto.

### **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

#### ***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

### ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortization* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 (R1)/ IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas; e
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 (R1)/ IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	2	2
Saldos bancários	17	73
<b>Total</b>	<u>19</u>	<u>75</u>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 17.

## **9 Outros investimentos**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Debêntures	-	551
Certificado de depósito bancário	6.464	4.823
<b>Total</b>	<u>6.464</u>	<u>5.374</u>

Outros investimentos são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2015 a rentabilidade média ao ano dos certificados de

depósitos bancários foi de 13,18% (10,77% em 31 de dezembro de 2014) e em 31 de dezembro de 2014, a rentabilidade média das debêntures ao ano foi de 9,53%. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a outros investimentos estão incluídas na nota explicativa nº 17.

## 10 Contas a receber e outros recebíveis

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recebíveis de contratos de concessão		256.727	262.962
Adiantamentos		36	128
Partes relacionadas - operações mensais	22	1	42
<b>Total</b>		<u>256.764</u>	<u>263.132</u>
Ativo circulante		31.734	34.384
Ativo não circulante		225.030	228.748

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldos iniciais	262.962	178.785
Receita decorrente de serviços de operação	12.799	71.421
Receita decorrente de serviços de construção	13.093	30.481
Receita financeira decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	20.279	8.719
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(29.355)	(26.444)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(23.051)	-
<b>Saldos finais</b>	<u>256.727</u>	<u>262.962</u>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 17.

## 11 Fornecedores e outras contas pagar

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores diversos		2.279	429
Partes relacionadas - operações mensais	22	151	9.749
<b>Total</b>		<u>2.430</u>	<u>10.178</u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2015 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 17.

### **Compromissos com contratos**

A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestações de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL. Os compromissos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

	<b>Compromissos</b>	<b>12</b>	<b>1-2</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>futuros</b>	<b>meses</b>	<b>anos</b>
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>			
Compromissos com contratos	1.098	1.094	4
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Compromissos</b>	<b>12</b>	<b>1-2</b>
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>	<b>futuros</b>	<b>meses</b>	<b>anos</b>
Compromissos com contratos	24.367	23.943	424

Os compromissos serão registrados de acordo com o regime contábil de competência, quando os serviços forem prestados e serão pagos de acordo com seus vencimentos contratuais.

## **12 Financiamentos**

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 17.

<b>Linha de crédito</b>	<b>Indexador</b>	<b>Juros</b> <b>médios a.a. (%)</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
FCP - SAN	TR	10,40	de 2015 a 2035	168.054	152.672
Finame			de 2015 a 2019	132	169
<b>Total</b>				168.186	152.841
Passivo circulante				8.655	2.579
Passivo não circulante				159.531	150.262

A garantia dos contratos de Finame é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

As principais garantias do financiamento FCP-SAN é o penhor de ações de emissão da Companhia, vinculação da receita da Companhia por meio da estrutura de contas especiais de garantias, penhor dos direitos creditórios e constituição de conta reserva equivalente a três prestações mensais vincendas.

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 239 meses
<b>31 de dezembro de 2015</b>							
Financiamentos	168.186	8.655	8.655	8.655	8.640	8.618	124.963
<b>31 de dezembro de 2014</b>							
Financiamentos	152.841	2.579	7.671	7.671	7.671	7.655	119.594

### 13 Obrigações fiscais

	2015	2014
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido – concessão	19.241	19.375
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido – contrato de concessão	4.177	4.206
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.971	559
Programa de Integração Social (PIS)	428	121
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	40	38
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido a recolher	35	11
PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	11	9
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	4	7
Imposto sobre Serviços (ISS) retido a recolher	24	7
	<u>25.931</u>	<u>24.333</u>
Passivo circulante	2.513	752
Passivo não circulante	23.418	23.581

### 14 Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera não existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, não constituiu nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2014, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

### 15 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 está representado por 44.720.746 ações ordinárias, sem valor nominal (44.000.000 em 31 de dezembro de 2014), pertencentes ao seguinte acionista:

	Em % de participação	
	2015	2014
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	100%	100%

Em 16 de dezembro de 2015, o acionista em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 4.721 mediante a emissão de 4.721.746 novas ações

ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas mediante saldo de conta corrente gerado durante o exercício.

#### **b. Reservas de lucros**

- *Reserva legal*

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

A Companhia retém todo o lucro dos exercícios como reserva de retenção de lucros que é destinada à compensação do prejuízo do exercício, sendo o excedente destinado à aplicação em investimentos previstos para melhoria no sistema adutor do Agreste e para futuras destinações conforme disposição dos acionistas.

- *Reserva de incentivos fiscais*

A Companhia possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2014, sendo reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

#### **c. Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deve ser de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei. Os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o banco Caixa Econômica Federal - CEF e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização do contrato sem prévia anuência da CEF, estando autorizada desde já a efetuar a distribuição dos referidos recursos, desde que seja atendido o índice de cobertura de serviço da dívida - ICSD.

Em 21 de outubro de 2014, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia efetuou distribuição de dividendos relativos ao saldo da reserva de retenção de lucros.

## **16 Gerenciamento do capital**

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.



A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Total do passivo	215.477	215.171
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(19)	(75)
(=) Passivo líquido (A)	215.458	215.096
Total do patrimônio líquido (B)	53.954	60.327
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	3,99	3,57

## 17 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>31 de dezembro 2015</b>								
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Outros investimentos	6.464	-	-	6.464	-	6.464	-	6.464
Depósitos bancários vinculados	288	-	-	288	-	288	-	288
<b>Total</b>	6.752	-	-	6.752	-	6.752	-	6.752
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	19	-	19				
Contas a receber e outros recebíveis	-	256.764	-	256.764				
<b>Total</b>	-	256.783	-	256.783				
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Financiamentos	-	-	168.186	168.186	-	168.186	-	168.186
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	2.430	2.430				

  

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>31 de dezembro 2014</b>								
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Outros investimentos	5.374	-	-	5.374	-	5.374	-	5.374
Depósitos bancários vinculados	259	-	-	259	-	259	-	259
<b>Total</b>	5.633	-	-	5.633	-	5.633	-	5.633
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	75	-	75				
Contas a receber e outros recebíveis	-	263.132	-	263.132				
<b>Total</b>	-	263.207	-	263.207				
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Financiamentos	-	-	152.841	152.841	-	152.841	-	152.841
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	10.178	10.178				

### b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2015.

**c. Gerenciamento de riscos financeiros**

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

**(i) Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

***Contas a receber e outros recebíveis***

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a CASAL, para o qual foi instituída conta vinculada entre o poder concedente e a Caixa Econômica Federal (CEF). Trata-se de uma conta arrecadadora onde todo o recebimento da Companhia é centralizado. Mensalmente, a Companhia emite uma nota fiscal de contraprestação informando o valor a ser recebido para a CEF que deve ser aprovado pela CASAL. No caso de haver atraso no processo de aprovação por parte da Casal, a CEF transfere de imediato o montante ora informado pela Companhia.

Mediante primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento da contraprestação plena prevista para iniciar no 25º mês de vigência do contrato foi postergado para o 32º mês, e as diferenças de fluxo de caixa foram diluídas nas contraprestações futuras. A CASAL não vem realizando a liquidação da contraprestação plena e, portanto, a Companhia reconheceu uma provisão para perda por redução no valor recuperável de seus recebíveis no montante de R\$ 23.051 e as negociações encontram-se em fase final de definição da forma de recuperação de tais recebíveis junto a CASAL, somente a partir daí que a PCLD poderá ser revertida.

***Caixa e equivalentes de caixa***

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

**Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8	19	75
Outros investimentos	9	6.464	5.374
Depósitos bancários vinculados		288	259
Contas a receber e outros recebíveis (*)	10	256.728	263.004
<b>Total</b>		<u>263.499</u>	<u>268.712</u>
Ativo circulante		38.469	39.964
Ativo não circulante		225.030	228.748

(\*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

*Perdas por redução no valor recuperável*

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	<u>2015</u>
A vencer	256.727
Vencidos de 1 a 30 dias	1.313
Vencidos de 31 a 90 dias	1.555
Vencidos de 91 a 120 dias	1.414
Vencidos de 121 a 180 dias	3.314
Vencidos de 181 a 360 dias	9.195
Vencidos acima de 360 dias	6.260
<b>Total</b>	<u>279.778</u>

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

**Exposição a risco de liquidez**

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	11	2.430	10.178
Financiamentos	12	168.186	152.841
<b>Total</b>		<b>170.616</b>	<b>163.019</b>
Passivo circulante		11.085	12.757
Passivo não circulante		159.531	150.262

Todas as cláusulas restritivas referentes aos financiamentos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	<b>Valor</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>12</b>	<b>13 a 24</b>	<b>25 a 36</b>	<b>37 a 48</b>	<b>49 a 60</b>	<b>61 a 239</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>contábil</b>	<b>contratual</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	2.430	2.430	2.430	-	-	-	-	-
Financiamentos	168.186	337.053	19.084	18.952	18.813	18.648	18.472	243.084
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Valor</b>	<b>Fluxo de caixa</b>	<b>12</b>	<b>13 a 24</b>	<b>25 a 36</b>	<b>37 a 48</b>	<b>49 a 60</b>	<b>61 a 248</b>
<b>contábil</b>	<b>contratual</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>	<b>meses</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	10.178	10.178	10.178	-	-	-	-	-
Financiamentos	152.841	320.404	8.681	23.191	22.406	21.622	20.821	223.683

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**Risco de taxa de juros**

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TR.

**Exposição ao risco de taxa de juros**

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Outros investimentos	9	6.464	5.374
Depósitos bancários vinculados		288	259
Recebíveis de contratos de concessão	10	256.727	262.962
<b>Passivos financeiros</b>			
Financiamentos	12	168.054	152.672

**Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável**

Com base no saldo das aplicações financeiras, recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas**

Instrumentos	Exposição em		Cenários						
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
<b>Ativos financeiros</b>									
Outros investimentos	6.464	CDI	12,95	837	16,19	1.046	19,42	1.256	
Depósitos bancários vinculados	288	CDI	13,03	38	16,29	47	19,55	56	
Recebíveis de contratos de concessão	256.727	IPCA	7,00	17.971	8,75	22.464	10,50	26.956	
<b>Passivos financeiros</b>									
Financiamentos	(168.054)	TR	10,38	(17.440)	12,97	(21.800)	15,57	(26.159)	
<b>Total líquido de ativos e passivos financeiros</b>	<b>95.425</b>			<b>1.406</b>		<b>1.757</b>		<b>2.109</b>	
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>						<b>351</b>		<b>703</b>	

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas**

Instrumentos	Exposição em		Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>								
Outros investimentos	6.464	CDI	12,95	837	9,71	628	6,47	419
Depósitos bancários vinculados	288	CDI	13,03	38	9,77	29	6,52	19
Recebíveis de contratos de concessão	256.727	IPCA	7,00	17.971	5,25	13.478	3,50	8.985
<b>Passivos financeiros</b>								
Financiamentos	(168.054)	TR	10,38	(17.440)	7,78	(13.080)	5,19	(8.720)
<b>Total líquido de ativos e passivos financeiros</b>	<b>95.425</b>			<b>1.406</b>		<b>1.055</b>		<b>703</b>
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>						<b>(351)</b>		<b>(703)</b>

Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da CETIP e a TR e o IPCA do BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2015.

## 18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	669	306	-	-	363	(1.153)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.837	-	-	-	7.837	-
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	5.735	-	(5.735)	506
Contas a receber – contratos de concessão	-	-	12.123	15.214	3.091	(5.929)
Outras provisões	224	86	-	-	138	86
	<u>8.730</u>	<u>392</u>	<u>17.858</u>	<u>15.214</u>	<u>5.694</u>	<u>(6.490)</u>
Compensação (*)	<u>(8.730)</u>	<u>(392)</u>	<u>(8.730)</u>	<u>(392)</u>	-	-
<b>Total líquido</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.128</u>	<u>14.822</u>	<u>5.694</u>	<u>(6.490)</u>

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.
- (\*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>		
Resultado do exercício antes dos impostos	(16.747)	26.994
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	5.694	(9.178)
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Despesas não dedutíveis	(6)	(9)
Subvenção governamental	-	1.712
Outras	(35)	31
Imposto corrente	(41)	(954)
Imposto diferido	<u>5.694</u>	<u>(6.490)</u>
Alíquota efetiva	(34%)	(28%)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

## 19 Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo financeiro	20.279	30.481
Serviços	12.799	8.719
Construção	13.093	71.421
Impostos sobre os serviços	(4.271)	(10.232)
<b>Total</b>	<u>41.900</u>	<u>100.389</u>

## 20 Custos e despesas por natureza

<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Contrato de construção	(7.692)	(54.431)
Custos pessoal	(2.881)	(2.481)
Custos de concessão	(2.684)	(1.841)
Depreciação e amortização	(310)	(231)
Crédito Pis e Cofins	59	148
<b>Total</b>	<b>(13.508)</b>	<b>(58.836)</b>

<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Serviços contratados	(2.136)	(1.424)
Despesas pessoal	(1.698)	(957)
Depreciação e amortização	(82)	(79)
Outras despesas	(2.204)	(1.118)
<b>Total</b>	<b>(6.120)</b>	<b>(3.578)</b>

## 21 Despesas financeiras líquidas

<b>Receitas financeiras</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	210	623
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	648	1.045
Resultado de operações com partes relacionadas	-	1.353
<b>Total</b>	<b>858</b>	<b>3.021</b>

<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(16.794)	(13.537)
Outras despesas financeiras	(29)	(276)
<b>Total</b>	<b>(16.823)</b>	<b>(13.813)</b>

<b>Despesa financeira líquida</b>	<b>(15.965)</b>	<b>(10.792)</b>
-----------------------------------	-----------------	-----------------

## 22 Partes relacionadas

### a. Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

### b. Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram

pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas”.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Remuneração da diretoria	550	741
Participação nos lucros e resultados	42	102
Benefícios diretos e indiretos	46	51
<b>Total</b>	<b>638</b>	<b>894</b>

**c. Transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber</b>	(Nota 10)	(Nota 10)	(Nota 11)	(Nota 11)		
<b>Repasso de recursos e custos com serviços compartilhados</b>	(a)	3	-	-	(300)	143
<b>Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental</b>						
- Contrato de assistência técnica	(b)	-	131	6	(1.486)	(1.230)
- Centro de soluções compartilhadas- CSC	(c)	-	20	-	(209)	-
<b>Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial)</b>						
- Contrato particular de engenharia	(d)	-	-	9.654	-	(37.523)
- Centro de soluções compartilhadas- CSC	(e)	39	-	89	(61)	(252)
<b>ENOPS Engenharia Ltda.</b>						
- Consultoria	(e)	-	-	-	(142)	-
<b>CAB Gerenciadora S.A.</b>						
- Contrato de gerenciamento de obras	(f)	-	-	-	-	(2.292)
<b>Total</b>	1	42	151	9.749	(2.198)	(41.154)
<hr/>						
Não circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Em clientes e outras contas a receber</b>	(Nota 10)	(Nota 10)				
<b>Empréstimos</b>	(g)	-	-	-	-	1.353

- (a) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (b) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental com vigência até o término do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2015, o prazo remanescente é de 27 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita líquida.



- (c) Refere-se a repasse de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (d) Refere-se ao contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Companhia e a Galvao Engenharia S.A. O valor global do contrato totaliza R\$ 179.911. Em 02 de junho de 2015 a Companhia assinou o termo de distrato e encerraram de pleno direito do presente contrato outorgando em caráter irrevogável e irretratável, a mais ampla, completa, rasa, geral, recíproca e definitiva quitação quanto a todos os direitos e obrigações assumidos por força deste contrato.
- (e) Refere-se a serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração de estudo diagnóstico de perdas e análise de viabilidade da implantação do programa de controle e combate às perdas.
- (f) Refere-se ao contrato de gerenciamento de obras compreendendo toda assessoria para realização das obras previstas e delimitadas no plano de negócio, sendo a remuneração de 3% sobre as obras contratadas no Saneamento I. O contrato tem como prazo de encerramento a conclusão dos serviços / investimentos necessários para cumprimento do contrato de concessão.
- (g) Refere-se a empréstimo firmado entre Companhia e empresas do grupo, com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2016.

**d. Dividendos a pagar**

Em 21 de outubro de 2014, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios provenientes do saldo da reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 14.756 conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia havia pago o montante de R\$ 3.500 (R\$ 2.563 em 31 de dezembro de 2014).

**23 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Risco de engenharia	200.998	200.000
Seguro empresarial	55.760	30.880
Seguro garantia	-	18.351
Responsabilidade civil	8.000	3.000
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	7.120	6.820
<b>Total</b>	<u>271.878</u>	<u>259.051</u>

**24 Compromissos**

**a. Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa**

A Companhia assumiu o compromisso de efetuar todos os investimentos previstos no contrato de Parceria Público Privado - PPP. Tais compromissos e investimentos contratuais foram cumpridos até 31 de dezembro de 2015, mas não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

Em relação ao seguro garantia, a Companhia está em processo de renovação da apólice vencida.

**b. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão**

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

**25 Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

\* \* \*

## **Composição da Diretoria**

**Presidente do Grupo**  
Otávio Ferreira da Silveira

### **Diretoria**

Eduardo Carlos Torzecki  
Guilherme de Figueiredo Dias

### **Contadora**

Patrícia Hirano Diz  
CRC/SP nº SP-265232/O-9